

LABORATÓRIO DE ANATOMIA HUMANA COMO UM ESPAÇO DE INCLUSÃO E VIVÊNCIAS: Um Relato de Experiência

Dagmar Scholl Lauter¹
Daiane de Oliveira¹
Paula Caitano Fontela¹
Fernando Duarte Casse²
Leonardo Francisco Die³

RESUMO

Este estudo relata as vivências do projeto de extensão Ações Motivadoras Para o Estudo do Corpo Humano Como um Todo, com um grupo de deficientes visuais e auditivos em encontros de estudos realizados no laboratório de anatomia humana. Percebe-se que inúmeros obstáculos os mesmos vem enfrentando em seu processo de inclusão na sociedade, com dificuldades de acesso à saúde, educação, cultura e mercado de trabalho. Frente a isso, vinculado as atividades de extensão universitária, passou-se a realizar ações para o estudo do corpo humano com o objetivo de criar um espaço alternativo para que ocorra um processo de inclusão, que o deficiente possa conhecer o seu próprio corpo, compreender o processo saúde-doença e também possibilitar aos acadêmicos uma formação diferenciada. O espaço universitário deve ser um local que busque formação de pessoas que identifiquem e respeitem as diferenças em todos os níveis levando assim a uma verdadeira inclusão.

Descritores: Educação em Saúde, deficiência; inclusão; anatomia; saúde.

¹ Acadêmicas da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, (Unijuí). dagmar.lauter@unijui.edu.br

² Enfermeiro, Mestre, Docente do Departamento de Biologia e Química (DBQ) da Unijuí.

³ Biólogo, Técnico do Laboratório de Anatomia Humana da Unijuí.

INTRODUÇÃO

Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) há aproximadamente 24,6 milhões de brasileiros com algum tipo de incapacidade ou de deficiência, representando 14,5% da população total. Neste relato, iremos abordar experiências no trabalho com deficientes visuais e auditivos, dados mostram que 16,6 milhões de brasileiros apresentam algum grau de deficiência visual, e cerca de 150 mil se declaram cegos. Já 5,7 milhões de brasileiros apresentam deficiência auditiva e um pouco menos de 170 mil de declaram surdos. (IBGE, 2000). Neste trabalho utilizaremos a nomenclatura de deficientes visuais tanto para pessoas com baixa visão e cegos e o termo deficiente auditivo tanto para pessoas com dificuldades auditivas e surdas. Independente da origem étnica, social ou religiosa, o acesso a educação, a saúde, cultura e trabalho é um direito de todos, conforme respaldo da Constituição Federal. (BRASIL, 1988). A criação de políticas nacionais de inclusão, leis que asseguram o direito e a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais, como a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 que dentre outros fins no artigo 17 dispõem:

O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. (BRASIL, 2000).

O portador de necessidades especiais vem enfrentando inúmeros obstáculos em seu processo de inclusão na sociedade, tendo uma clara dificuldade de acesso à informação, educação, saúde, cultura e mercado de trabalho. As pessoas com necessidades especiais são sujeitos de direitos e responsabilidades iguais como qualquer outro cidadão, e a eles devem ser concedidas as mesmas oportunidades de participação na sociedade, segundo suas capacidades de desempenho, sem que ocorra nenhum tipo de discriminação. Em relação aos direitos de acesso a saúde da pessoa com deficiência, em 2002 foi criada a Po-

lítica Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída pela Portaria MS/GM nº 1.060, de 5 de junho de 2002, que dentre outros fins, no artigo 23 dispõem: “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências”. (BRASIL, 2002). Os campos que compreendem a saúde e educação, por vezes, não estão preparados para receber e atender pessoas com deficiência, os recursos disponíveis, na maioria das vezes é destinado a pessoas com boa acuidade visual e auditiva, talvez por falta de profissionais qualificados e interessados em buscar conhecimento, falta de planejamento dos serviços prestados, falta de incentivo do governo e falta de materiais, equipamentos e de uma estrutura adequada. Tais aspectos levam a uma precária interação e inclusão do deficiente visual e auditivo nesse serviço. Tendo em vista o grande número de pessoas com deficiência visual e auditiva registrados pelo IBGE e ainda os não cadastrados, a dificuldade que eles encontram de conhecer de forma satisfatória o seu próprio corpo, a necessidade de comunicação e serviços qualificados para atender de forma adequada essa população, a importância de se buscar uma inclusão realmente satisfatória, o princípio da equidade e a necessidade da formação de profissionais que tenham habilidades técnicas, experiências e conhecimento para de forma qualificada e holística estar interagindo e atendendo o deficiente com a integralidade que lhe cabe, o laboratório de anatomia humana da universidade vem ao encontro dos mesmos na tentativa de se apresentar como um espaço alternativo para que ocorra o processo de integração e inclusão, que o deficiente possa conhecer o seu próprio corpo, compreender adequadamente o processo saúde-doença, possibilitar aos acadêmicos, de forma complementar, uma formação diferenciada e uma educação em saúde.

METODOLOGIA

As atividades desenvolvidas com os deficientes visuais e auditivos integraram-se no projeto de extensão Ações Motivadoras para o Estudo do Corpo Humano Como um Todo, da Universidade Regional

do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, integrado ao programa de Qualificação da educação básica nos diferentes espaços educacionais, do Departamento de Biologia e Química. O projeto desenvolve um trabalho em diferentes contextos educacionais, com estudantes do ensino fundamental e médio do município de Ijuí e região da rede pública e privada e grupos comunitários com interesse no estudo do corpo humano. Para o desenvolvimento desse projeto, há a participação de docentes do Departamento de Biologia e Química, estudantes do Curso de Graduação em Enfermagem e Fisioterapia com bolsa PIBEX (Programa Institucional de Bolsas de Extensão)/UNIJUI e bolsistas voluntários. Dentre os seus vários objetivos, o projeto busca motivar os educandos e educadores para melhor compreender o corpo humano, por meio de ações educativas, visando oportunizar um aprofundamento dos conteúdos/temas através da observação, manuseio de peças anatômicas não disponíveis em suas escolas. Os encontros de estudos possibilitam também um envolvimento maior dos acadêmicos em atividades de extensão, onde desenvolvem os seus conhecimentos obtidos em sala de aula revendo conteúdos já estudados, desenvolvem suas habilidades técnicas e obtém um contato maior com a docência podendo despertar um interesse pela mesma após o término da sua formação. Vinculado às atividades de extensão universitária, o projeto passou a realizar ações para o estudo do corpo humano, também com um grupo de deficientes visuais, que participam da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Ijuí – APADEVI e com um grupo de deficientes auditivos participantes do Centro de Atendimento Integral ao Surdo – CAIS do município de Ijuí. Nestas ações, a preocupação inicial foi o desenvolvimento do estudo do corpo humano com pessoas que não dispunham de material e de linguagem adequada para compreender os temas, frente às suas limitações. Para este trabalho, que se destaca pela sua peculiaridade, contamos com a contribuição de professores, coordenadores e funcionários que atendem estes grupos na Associação e no Centro e também com a assessoria da coordenadora do Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) da UNIJUI. Os encontros com os grupos foram realizados em momentos distintos, isso devido a necessidade de uma lin-

guagem e abordagem adequada para um melhor aprendizado dos grupos. Enquanto os deficientes visuais tem o tato e audição, como uns dos mais apurados sentidos, os deficientes auditivos utilizam a visão e a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, para a comunicação e aprendizado. Antes de cada encontro, foi realizada a preparação do espaço do laboratório de anatomia humana e organização e preparação do material a ser utilizado. A organização do laboratório para o desenvolvimento das atividades foi realizada de maneira que o espaço ficasse ampliado, com afastamento das bancadas e cadeiras, facilitando assim a movimentação dos alunos. Em alguns encontros com os deficientes visuais, foi feita a disposição de colchonetes no piso de forma a reduzir eventuais impactos que porventura poderiam vir a ocorrer e também para facilitar o estudo e o manuseio do material. Muitas das atividades propostas também foram realizadas sobre as bancadas disponíveis no laboratório. Foram utilizados os materiais do próprio laboratório, como modelos dos sistemas corpóreos, modelos de esqueletos, ossos humanos, cadáveres, peças humanas conservadas em formol e glicerina e peças patológicas. Quando se utilizava as peças conservadas em formol e glicerina, foram disponibilizadas para todos os participantes dos encontros, luvas de procedimento a fim de oportunizar a manipulação do material, permitir o conhecimento real da consistência das peças e oportunizar um melhor desenvolvimento do seu tato em relação às questões do corpo humano. Buscou-se elaborar materiais didáticos adaptados para compreensão das estruturas e funções dos sistemas corpóreos e proporcionar assim a percepção das diferenças e semelhanças ente os biótipos. Os materiais confeccionados especificamente para estes encontros eram materiais em alto relevo, como sementes, ervas, retalhos de tecidos, argila, materiais alternativos como canos de PVC, cera e massa de modelar. Como material didático teórico para os deficientes visuais, foram desenvolvidos textos de apoio, que após foi fornecido aos professores da sala de recursos da APADEVI que foi transcrito para o Braille e então repassados para os estudantes. Para o trabalho com os deficientes auditivos, agregou-se a didática utilizada o uso da LIBRAS por uma das bolsistas PIBEX e com apoio da coordenadora do

CAIS. Ao final de cada encontro foram realizadas avaliações com os alunos e professores da APADEVI, para servir de apoio para ações futuras e melhoria das metodologias.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Entendendo que a qualidade dos encontros pode ser melhorada, optamos por preparar as aulas com o auxílio e orientações de alguns estudantes deficientes visuais e apoio de um professor surdo do INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos do Rio de Janeiro. Assim, foi realizado um encontro para se discutir e aprender sobre como realizar uma melhor abordagem das pessoas com deficiência visual, no qual participou uma das alunas integrantes da associação, o coordenador do projeto, o técnico do laboratório, as bolsistas PIBEX e alunos voluntários. Neste encontro, procuramos discutir a respeito das atividades já realizadas com os alunos da APADEVI, das percepções que a aluna teve acerca dos encontros e como a mesma percebeu a importância do estudo do corpo humano e das patologias estudadas, e na sua percepção, como os encontros de estudo podem ser melhorados e inovados. Com o professor do INES, foi realizado um encontro no laboratório onde o mesmo mostrou qual a melhor abordagem e melhor forma de utilizar a língua de sinais no estudo do corpo humano e das patologias envolvidas e orientou quanto à percepção dos alunos surdos frente aos assuntos estudados e os que ainda serão abordados e como utilizar a LIBRAS e a expressão corporal para um melhor entendimento. Neste encontro, foi realizada a gravação das explicações para uma posterior consulta.

CONCLUSÕES

Com o desenvolvimento do trabalho, percebemos que houve um aumento de adeptos às atividades e um número crescente de instituições no âmbito regional que desenvolvem ações com sujeitos com necessidades especiais. Também houve um desenvolvimento no nível educacional e cultural dos participantes relatado pelos mesmos em avaliações e percebidos no decorrer dos encontros. A experiên-

cia das bolsistas e acadêmicos voluntários, juntamente com os professores e integrantes da APADEVI e do CAIS proporcionou uma grande oportunidade de aprendizado de ambas as partes. Os acadêmicos e professores contribuíram para uma melhor compreensão do corpo humano e os integrantes das instituições nos mostraram a melhor maneira de passar esse conhecimento. Através disso houve uma promoção e uma educação em saúde entre os integrantes destes grupos. Os encontros também possibilitaram aos acadêmicos uma nova visão sobre o portador de deficiência, ampliando seu conhecimento em relação aos mesmos e proporcionando para quando futuros profissionais um atendimento mais direcionado as necessidades referidas, tentando assim romper com o paradigma de que a pessoa com deficiência é incapaz. Através do projeto também se percebeu que houve um fortalecimento do processo de inclusão social na universidade. Fica evidente a necessidade de materiais didáticos voltados ao estudo do corpo humano adaptado para pessoas com deficiência. Foram criadas algumas alternativas para o desenvolvimento do trabalho, devido a dificuldades em obter publicações sobre deficientes visuais, surdos e corpo humano. Em suma, concluímos que o espaço universitário deve ser um local que busque uma formação de pessoas que saibam identificar e respeitar as diferenças em todos os níveis o que levará a uma verdadeira inclusão.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, C. G. Formação de conceitos em crianças cegas: questões teóricas e implicações educacionais. *Psic.: Teoria e Pesquisa*; Brasília vol.21, nº1, Jan/Abr. 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 1991
- BRASIL. Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acessado em: 05 mai 2011

CASTRO, S.V. Anatomia fundamental. 2.ed. São Paulo: McGRAW-HILL do Brasil, Ltda. 1985. 586p.

GRAY, H. Anatomia. 29.ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 1988. 1147p.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo Demográfico de 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtm>>. Acesso em: 05 mai. 2011

MACHADO, A.B.M. Neuroanatomia funcional. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1993. 363p.

MAZZOTTA, M. J. S. Direito do Portador de Deficiência a Educação. Revista Integração. São Paulo ano 5, nº 11, Set. 1994

MELO, H. F. R. *Deficiência Visual* – Lições práticas de orientação e mobilidade. Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1991.

